

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Eleição virou montanha russa para Arthur Lira

O ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) está vivendo fortes emoções nesta campanha eleitoral. Ele pretende se eleger para o Senado e já estava se encaminhando para isso. Agora corre o risco de ter que desistir e disputar a reeleição como deputado.

Lira esteve praticamente eleito para uma das duas vagas ao Senado em disputa neste ano por Alagoas. A outra deve ficar, segundo as pesquisas, com o atual senador Renan Calheiros (MDB), que é candidato à reeleição e tem o ex-ministro Renan Filho (MDB) concorrendo ao Palácio República dos Palmares.

Mas eis que despontou a popularidade do então prefeito de Maceió, João Henrique Costa (JHC), que resolveu trocar o PSB pelo PL para concorrer a senador. JHC renunciou e mudou de partido. Para afastar o oponente, Arthur Lira mexeu os pauzinhos no PL e o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, decidiu que só dava a legenda a JHC se ele fosse candidato a governador.

Tudo bem, JHC aceitou, mas não gostou de ficar amarrado assim. Acabou se filiando ao PSDB. Ficou com um pé na canoa bolsonarista e outro, na canoa do governo federal, mas ainda com um olho na terceira via tucana. Como se mantinha candidato ao governo, deixava Arthur Lira mais ou menos tranquilo.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

O sigilo protege até o infrator

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de determinar a quebra do sigilo de Luís Pablo Conceição de Almeida para chegar à sua fonte de informações não pode ser analisada sem uma análise ampla das mudanças sofridas pelo jornalismo nas últimas décadas.

Em 2009, o STF acabou com a obrigação de diploma de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. A corte considerou que a exigência impedia o exercício da liberdade de expressão. O acórdão que desregulamenta a profissão também proibiu a criação de conselho de jornalistas.

Para o STF, um conselho, uma autarquia federal, representaria uma interferência do Estado: “O exercício do poder de polícia do Estado é vedado nesse campo em que imperam as liberdades de expressão e de informação”, diz o texto. Passou a ser jornalista qualquer pessoa que se afirmasse como tal. A inexistência de um conselho impede punição ética de jornalistas, diferentemente do que ocorre com médicos, dentistas, bibliotecários, técnicos industriais e biólogos, entre outros profissionais.

A explosão da internet e a profusão de blogs e sites e, depois, das redes sociais, ampliaram, democratizaram e bagunçaram de vez o mercado da informação. As novas mídias fizeram despencar a receita publicitária e a circulação de veículos tradicionais da imprensa; o público passou a ser também produtor de informações e ganhou o direito de escolher, entre as versões de um fato, a que mais se aproximava de suas expectativas — mesmo que falsa.

Mas aí despontou nas pesquisas para o Senado o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, Alfredo Gaspar (PL). Tornou-se nova ameaça a Arthur Lira, que voltou a ficar in-tranquilo, mas foi salvo novamente pelo PL, quando o partido indicou Gaspar como vice na chapa presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Durou pouco a tranquilidade, pois surgiram agora suspeitas em Alagoas levantadas por um encontro de JHC com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ocorrido no início da semana. Nesse encontro, o ex-prefeito decidiu voltar a concorrer ao Senado. No ano passado, após outro encontro com o presidente, JHC viabilizou a indicação de sua tia, Marluce Caldas, como ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

JHC tem dito que anunciará até domingo, 15, a candidatura ao Senado, o que acendeu o alarme na campanha de Arthur Lira novamente. Afinal, o poderoso ex-presidente da Câmara já aplicou milhões em recursos de emendas parlamentares na tentativa de se eleger senador. Segundo a legislação eleitoral, dia 15 é a data limite para os registros de candidatos ao Senado e à Câmara.

Se JHC anunciar mesmo que disputará a vaga de senador, o que se diz em Alagoas é que Arthur Lira será empurrado pelas pesquisas a concorrer somente à reeleição como deputado.

Preocupado, o ex-presidente da Câmara tentou até pressionar o PSDB a não dar legenda para JHC. Disse a líderes tucanos no Congresso que ele poderá impedir que PP e União Brasil apoiem Ciro Gomes (PDT) para governador no Ceará caso JHC resolva mesmo se candidatar ao Senado. Presidente do PSDB, Aécio Neves deu de ombros.

Acuada, a imprensa profissional buscou ressaltar valores básicos do jornalismo, como a busca de equilíbrio editorial e de preservação de princípios fundamentais. Nem sempre esses objetivos são praticados como deveriam, mas constam dos manuais de empresas que têm CNPJ, endereço, telefone e editor responsável.

Luís Pablo desprezou princípios básicos do jornalismo ao, por exemplo, descrever os veículos que, segundo ele, foram usados pelo ministro Flávio Dino e parentes. Um de seus textos publica a numeração das placas — oficiais e frias — dos carros blindados e traz detalhes do esquema de segurança utilizado pelo integrante do STF, alvo de ameaças no Maranhão. Suposta fonte de Pablo, Raimundo Cutrim, ex-secretário de Segurança do estado, é suspeito de acobertar autoridades suspeitas de homicídio.

As infrações éticas cometidas por Pablo não impedem, porém, que ele seja protegido pelo princípio constitucional que assegura a “todos” — e não apenas aos jornalistas — “o acesso à informação” e reguarda o sigilo da fonte, “quando necessário ao exercício profissional”.

O caso remete a um impasse, mas, na dúvida, deve vale a norma constitucional. Ao devassar celular e computador de Pablo para encontrar sua fonte, o STF violou um princípio, criou um precedente capaz, de ser usado contra qualquer um. Os investigadores têm o direito de procurar quem violou informações sigilosas, mas não poderiam buscá-lo a partir dos contatos de Pablo.

Não é simples defender o direito de alguém que colocou terceiros em risco, mas a Constituição não discrimina. A medida de Moraes permite até uma anulação futura do processo; mais grave, ameaça o direito de informação, algo que não pertence a jornalistas e assemelhados, mas à sociedade, que precisa de elementos para vigiar o poder.

EDITORIAL

Quando o dono não responde, quem paga é a vítima

Novamente cães soltos nas ruas transformaram uma situação cotidiana em cena de violência. Em Americana, três pessoas ficaram feridas depois que dois deles escaparam de uma residência e avançaram contra quem passava pela Vila Bertini. Entre as vítimas, uma mulher, um idoso e um jovem que tentou ajudar durante o ataque. Mulher e idoso precisaram de atendimento médico.

O episódio seriam uma notícia sobre cães agressivos se não gerasse uma pergunta que precisa ser respondida: quem e como episódios como esse devem ser punidos para que as vítimas possam se sentir minimamente acolhidas e reconhecidas ? Quais punições são capazes de coibir a irresponsabilidade dos donos dos animais?

Ter um cão significa assumir a responsabilidade por ele. Alimentar, vacinar e oferecer carinho são ações importantes, mas não suficientes. O tutor deve garantir que o animal não escape, não ameace vizinhos, não ataque pessoas e não represente perigo para a comunidade.

Não se trata de defender punições indiscriminadas, muito menos de transformar cães em vilões. Mas é o ser humano que pode compreender riscos, adotar medidas preventivas e responder pelos resultados.

O problema reside na sensação que fica depois de um ataque no qual a vítima arca com quase tudo: o medo, os ferimentos, o atendimento médico, o trauma e, em alguns casos, consequências que podem acompanhá-la por toda a vida. Enquanto isso, os responsáveis pelo animal, via de regra, enfrentam consequências consideradas menores.

É preciso mudar essa lógica. Ataques como o que ocorre recentemente não deveriam ser tratados somente após o ocorrido. A fiscalização precisa agir preventivamente diante de animais mantidos em condições inseguras e de denúncias de cães soltos, identificando e cobrando os responsáveis. Quando houver negligência comprovada, as sanções devem ser proporcionais ao risco criado e ao dano provocado.

Uma legislação que existe no papel, mas não produz consequência concreta, pouco ajuda a proteger a população. O rigor não significa simplesmente aumentar penas. Significa garantir investigação, responsabilização, fiscalização e cumprimento das medidas previstas em lei.

E há ainda uma dimensão mais importante: a prevenção. Não podemos esperar que alguém seja mordido para descobrir que um portão estava inadequado, que um muro não oferecia segurança ou que um animal já apresentava comportamento agressivo.

Toda vida importa, incluindo a dos animais, entretanto, a sociedade deve exigir que aqueles que decidem ter um também assumam integralmente a responsabilidade por ele.

Afinal, quando a negligência de um dono transforma um cachorro em ameaça, não é só o animal que deve ser culpabilizado, o tutor também precisa responder por aquilo que poderia, e deveria, ter evitado.

OPINIÃO DO LEITOR

Fibra de Deus

Roseana Sarney, 72 anos, ex-governadora, ex-senadora, atualmente deputada federal, se alimenta com a força de Deus. Tem a têmpera de lutas do pai, José Sarney. Não esmorece. Destaca que os ensinamentos de Deus foram fundamentais para enfrentar um tratamento penoso contra o câncer, para seguir em frente na caminhada política.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal